



**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
E COOPERAÇÃO**  
IX Governo Constitucional

**DISCURSO DE  
SUA EXCELÊNCIA O MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
E COOPERAÇÃO  
BENDITO DOS SANTOS FREITAS**

**POR OCASIÃO DA  
80.ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS**

**Proferido por S.E. Embaixador Dionísio Babo Soares  
Representante Permanente junto das Nações Unidas**

Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque  
29 de setembro de 2025

Excelência, Annalena Baerbock, Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas,

Em nome do Governo e do povo de Timor-Leste, apresento calorosas felicitações a Vossa Excelência pela sua merecida eleição para presidir à octogésima Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. É um passo importante para corrigir o histórico desequilíbrio de género na liderança desta organização. Agradecemos ao seu antecessor, Philémon Yang, pela forma como conduziu os nossos trabalhos na sessão anterior.

Rendemos igualmente homenagem ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, pelo seu firme exercício de liderança nestes tempos tão conturbados e, principalmente, pela sua voz lesta e ímpar na defesa da paz.

Excelências,

É uma imensa honra dirigir-me a esta Assembleia em nome de Timor-Leste. A nossa relação com a Organização das Nações Unidas é histórica e determinante. No nosso país, que se juntou à família das Nações Unidas em 2002 após a longa luta pela autodeterminação, o octogésimo aniversário das Nações Unidas é um momento de reflexão sobre o poder transformador do multilateralismo.

Ainda que muito jovem e enfrentando os desafios subsequentes da sua sofrida história, Timor-Leste é, hoje, um vigoroso estado democrático e, assim, um símbolo incontestável do triunfo do sistema internacional.

Através das Nações Unidas restaurámos o nosso direito à independência e lançámos as bases para a construção das instituições de funcionamento do Estado. Atualmente esta família que integramos apoia-nos no processo soberano de desenvolvimento e crescimento.

É, igualmente, contando com a ONU que continuaremos, por isso, na esfera internacional, a procurar os caminhos para a paz, para a liberdade, para a igualdade dos povos e para o direito à autodeterminação, em todos os cantos do mundo em que habitamos, sem qualquer exceção.

Num momento em que o mundo parece voluntariamente caminhar para a autodestruição, palco de conflitos internacionais, civis, emergências humanitárias, catástrofe climática e subsequente agravamento das desigualdades, Timor-Leste reafirma a nossa profunda convicção de que o sistema multilateral não é uma opção, mas sim uma necessidade.

A ONU surge há 80 anos como resposta aos perigos do isolacionismo e do intervencionismo unilateral, fixando-se em princípios de diálogo e de busca de soluções coletivas como instrumentos para a paz, segurança e defesa dos direitos humanos. O espírito de paz e união que formou esta casa precisa, assim, de se renovar e fortalecer, diante dos milhares de vítimas da violência atual.

É fundamental que todos cumpramos com o direito internacional. Para pequenos países como o meu, é esta a única garantia de justiça, soberania e independência nacional. É o estado de direito internacional que nos permitiu assegurar a soberania sobre os nossos recursos, após o processo de conciliação com a Austrália. É este sistema que nos permitiu solicitar ao Tribunal Internacional de Justiça um parecer consultivo sobre as obrigações dos estados em relação às alterações climáticas. Este parecer histórico, determina que o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável é inerente ao gozo dos direitos humanos.

As Nações Unidas mantêm o papel primordial na proteção dos povos, na resposta a crises humanitárias e na mediação de conflitos. Rejeitando o isolamento dos Estados e o unilateralismo, Timor-Leste apela a que a 80.<sup>a</sup> Assembleia Geral seja um ponto de viragem relativamente aos conflitos atuais.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Profundamente preocupados com a erosão do direito internacional humanitário e com o sofrimento de civis em conflitos correntes, Timor-Leste apela a todos os Estados para que renovem o seu compromisso com a resolução pacífica de diferendos, respeitem o direito internacional e fortaleçam o papel das Nações Unidas na prevenção de conflitos.

A paz e a segurança continuam a ser o alicerce da Carta das Nações Unidas. Consideramos, contudo, que a ONU não pode nem deve tardar em efetivar as reformas urgentes a que todos temos apelado, ambicionando, em primeira instância, a sua efetividade no que respeita à defesa e garantia dos direitos humanos e do direito internacional dos estados, uma violação corrente em várias partes do mundo e aos nossos olhos.

A urgência da reforma da ONU reside na constatação do impedimento estrutural a que fica sujeita para aquilo que seria o cumprimento da sua missão mais básica – proteger vidas.

Para fortalecer a arquitetura global para a paz, Timor-Leste sugere que a Assembleia Geral tenha mais poder e autoridade em questões de segurança, a fim de evitar que um único Estado-Membro possa paralisar toda a segurança comum das Nações Unidas.

Sublinhamos, igualmente, a importância da reforma do Conselho de Segurança, para que este reflita a vitalidade e a realidade do século XXI e dê voz também aos Estados em desenvolvimento e de menor dimensão. Mantemos firme a convicção de que a expansão tanto nas categorias de membros permanentes quanto de não permanentes do Conselho é necessária para refletir as realidades geopolíticas contemporâneas. Constitui um direito e uma obrigação das nossas nações ambicionar um Conselho de Segurança que seja mais responsável, representativo, transparente, relevante e, acima de tudo, eficaz.

Excelências,

O nosso compromisso com a paz espelha-se na forma como nos relacionamos no mundo. Por meio da concertação político-diplomática e da cooperação multilateral no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Timor-Leste une-se ao esforço coletivo de promoção da harmonia, solidariedade e inclusão, contribuindo para enfrentar desafios globais e regionais.

Como membro do g7+, Timor-Leste tem levado a sua experiência interna de estabilidade pós-conflito para influenciar a agenda global de paz e desenvolvimento sustentável, inspirando ações coordenadas e diplomacia baseada em partilha e troca, com o objetivo de transformar fragilidade em resiliência. Na 6.<sup>a</sup> Reunião Ministerial do g7+, realizada em abril de 2025 em Díli, Timor-Leste e o coletivo dos países afetados por conflitos renovaram o seu compromisso com a construção da paz, resiliência e desenvolvimento sustentável.

Excelências, Senhoras e Senhores,

Atingir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e cumprir a Agenda para 2030 deve ser uma prioridade para todos, e é com apreensão que observamos que muitas das metas com que nos comprometemos estão longe de serem alcançadas.

Timor-Leste aderiu formalmente à Organização Mundial do Comércio em 2024 e depois de um percurso dedicado para atingir todos os critérios de elegibilidade, Timor-Leste integrará na qualidade de membro pleno, já no próximo dia 26 de outubro, a Associação de Nações do Sudeste Asiático – mais um marco no nosso processo de construção. Trata-se de um momento de extrema relevância para o desenvolvimento económico nacional, integração regional e reconhecimento internacional, do qual nos orgulhamos.

Timor-Leste está alinhado com os ODS no seu plano estratégico de desenvolvimento 2011-2030 e tem feito progressos assinaláveis com políticas públicas efetivas e direcionadas. Com o atual governo, estamos, ainda, a iniciar a transição energética para produção de energia através de fontes renováveis e a estabelecer uma política consolidada de economia azul.

Tendo ratificado o Acordo sobre a Biodiversidade para além da Jurisdição Nacional (BBNJ) em setembro de 2024, Timor-Leste aprovou em junho último, a nível nacional, a orientação estratégica da Política e Plano de Ação para a Economia Azul 2025-2030, focada no desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos, melhoria das condições de vida das comunidades costeiras e proteção dos ecossistemas.

Não obstante, a concretização do conjunto dos ODS não depende unicamente da vontade individual de cada nação, depende, sim, do empenho concertado e colaborativo a nível global, da partilha de valores de humanidade, do combate à desigualdade, da coexistência pacífica e defesa da nossa única casa, o planeta Terra.

Não nos podemos esquecer da enorme desigualdade existente no mundo e se para as nações desenvolvidas atingir os ODS é uma simples escolha política, alocando verbas nos seus orçamentos, para muitas nações a sua concretização depende de apoio ao desenvolvimento, depende da solidariedade e da cooperação internacional em termos de recursos financeiros e transferência de conhecimento.

Timor-Leste enquanto parte do g7+, do grupo das nações menos desenvolvidas e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento é, tal como todas as nações pertencentes a estes grupos, especialmente vulnerável aos vários fatores que colocam em risco a concretização dos ODS.

É necessário reconhecer estas circunstâncias especiais dos pequenos estados insulares em desenvolvimento, um princípio basilar do desenvolvimento desde 1992, respaldado no Compromisso de Sevilha e na Agenda de Antígua e Barbuda para os SIDS. As vulnerabilidades e circunstâncias únicas dos SIDS, com o seu pequeno tamanho, localização remota e recursos limitados, necessitam de apoio e abordagens ao desenvolvimento específicas e diferenciadas. É particularmente urgente que os compromissos assumidos se traduzam em meios de implementação previsíveis e ampliados.

Outros aspetos relevantes neste contexto são o uso do índice de vulnerabilidade multidimensional (MVI) e um lugar a todas as mesas para SIDS. Não é mais possível ter discussões e decisões, sobre os assuntos que mais nos impactam sem nos incluir. Urge reformar a arquitetura financeira internacional para que use o MVI em políticas de apoio ao desenvolvimento, acesso a financiamento condicional e assistência técnica.

As alterações climáticas, estão a colocar em causa a já precária segurança alimentar, a fustigar os nossos países com desastres naturais que desviam importantes recursos para a reconstrução de infraestruturas e apoio às vítimas. É por isso importante, sobretudo para os países industrializados e maiores poluidores, sermos escrupulosos com os compromissos do Acordo de Paris e do Pacto Climático de Glasgow, alocando recursos para uma verdadeira justiça climática. A oportunidade para chegarmos a esse objetivo está diante de nós, já em novembro próximo, na COP30 em Belém. É a nossa oportunidade para colocarmos a ambição na causa certa, honrando o compromisso de Sevilha.

É igualmente urgente melhorar as capacidades digitais, incluindo Inteligência Artificial nos Países Menos Desenvolvidos, salvaguardando simultaneamente a segurança cibernética. Para tal, é necessário investir em infraestruturas digitais, melhorar a literacia digital e implementar iniciativas de governo eletrónico. A promoção da investigação e inovação no domínio da Inteligência Artificial, a preparação de recursos humanos e a criação de políticas de enquadramento são também cruciais para fomentar o crescimento. No entanto, a cooperação internacional continua a ser essencial para estabelecer um quadro regulatório da utilização e desenvolvimento da Inteligência Artificial.

Excelências,

Em maio último, Timor-Leste acolheu a Conferência Regional do Comité Especial das Nações Unidas para a Descolonização. Este encontro teve um significado profundo para o Comité e para todos os que prezam os valores da autodeterminação, da democracia e da dignidade humana. A realização deste encontro em solo leste-timorense, pela primeira vez, permitiu testemunhar o nosso exemplo como um caso de sucesso e renovar a esperança coletiva de liberdade e solidariedade, corroborando o papel crucial das Nações Unidas na defesa dos povos.

Na mesma semana, acolhemos, em Díli, a primeira Conferência de Solidariedade da Ásia-Pacífico para o Saara Ocidental. A voz do povo saarauí, silenciada há meio século no cenário internacional, carece e merece a nossa atenção e a nossa ação coletiva e estratégica. A ligação de Timor-Leste com a história do Saara Ocidental é do foro moral. Nas palavras do nosso Primeiro-Ministro, Kay Rala Xanana Gusmão, o sofrimento do povo saarauí foi uma lição para Timor-Leste na hora de decidir sobre a nossa própria consulta popular, pois o adiamento, em 1992, do referendo prometido no Saara Ocidental marcou todos aqueles que sonhavam com a sua independência.

Tendo o sofrimento do povo timorense terminado, afinal, primeiro do que o dos nossos irmãos, seremos sempre, nesta casa, e em todas as plataformas de diálogo, amplificadores da defesa do direito à autodeterminação do Saara Ocidental, apelando à resolução coletiva do conflito.

Com base na sua própria experiência de ocupação e sofrimento prolongado, Timor-Leste continua a defender a promoção do diálogo, a mediação e o exercício multilateral na procura de soluções pacíficas, duradouras e sustentáveis, como caminho para a paz.

Timor-Leste congratula-se, assim, pela votação avassaladora da Declaração de Nova Iorque no passado dia 12 sobre a solução pacífica na questão do Médio Oriente e a implementação da solução de dois Estados.

Timor-Leste reconheceu o Estado da Palestina em 2004, dois anos após a sua própria independência. Não julgávamos, todavia, vir a assistir ao agravamento do conflito nas proporções em que hoje decorre.

É urgente a implementação do roteiro previsto na Declaração votada, nomeadamente o cessar-fogo imediato em Gaza, a libertação de todos os reféns, o estabelecimento de um estado palestino soberano com o apoio e colaboração da comunidade internacional, assim como o desarmamento do Hamas e a normalização da relação entre Israel e os países árabes vizinhos, para garantia da segurança coletiva da região.

Mais urgente ainda é a resposta à crise humanitária na Faixa de Gaza. Depois de declarada, oficialmente, a situação de fome e genocídio na região, não percamos mais tempo com a terminologia, não obstante a clareza de todos os relatórios. O mundo inteiro espera pela desobstrução imediata da resposta humanitária em larga escala e pela garantia da segurança e da primazia da dignidade humana durante as operações de distribuição da ajuda internacional.

É, contudo, com profunda preocupação que assistimos à intensificação da ofensiva militar de Israel em Gaza na decorrência dos esforços de paz produzidos estas semanas em Nova Iorque. Perante a calamidade humanitária, onde a fome já existe, as consequências serão devastadoras e irreversíveis para a população civil.

Reiteramos a evidência da urgência da reforma desta Organização e do seu Conselho de Segurança, que nos mantém impedidos de cumprir os princípios fundadores da união das nações, que nos mantém impedidos de salvar Gaza.

Excelências,

Na Ucrânia, assistimos igualmente às consequências devastadoras do unilateralismo e do desrespeito pelo Direito Internacional. A conta será paga por todos nós. Timor-Leste manifesta profunda preocupação com as graves violações dos direitos humanos e as consequências humanitárias e ambientais decorrentes da Guerra de Agressão Russa na Ucrânia, incluindo os ataques contínuos contra infraestruturas basilares, que têm causado consequências devastadoras para a população civil, incluindo mulheres e crianças. Apelamos às partes envolvidas no conflito armado que cumpram as suas obrigações nos termos do direito internacional humanitário, poupando a população civil e bens civis, garantindo a segurança de todas as pessoas no acesso humanitário e abstendo-se de atacar e destruir elementos indispensáveis à sobrevivência da população civil.

Não podemos ignorar os muitos teatros de violência e instabilidade que pesam sobre a nossa consciência comum - do Sahel ao Corno de África, da região dos Grandes Lagos ao Haiti e ao Sudeste Asiático, bem perto de nós. Cada uma destas crises carrega a sua própria história e complexidade, mas todas partilham um padrão trágico: o sofrimento das populações civis, a erosão da confiança nas instituições e a perpetuação de ciclos de deslocação e perda. A nossa responsabilidade coletiva é assegurar que nenhuma destas situações seja condenada ao silêncio ou ao esquecimento. Estas exigem não apenas socorro humanitário e respeito pelo direito internacional, mas também o investimento sustentado desta Organização na prevenção, no diálogo e em soluções políticas inclusivas que devolvam esperança e dignidade a quem as enfrenta.

Não há justiça sem responsabilização. Numa altura em que as violações do direito internacional, incluindo as do direito internacional humanitário, e os atos de agressão se multiplicam, é urgente que todos promovamos e defendamos as nossas instituições e o seu trabalho. Preocupa-nos profundamente a imposição de sanções a juízes e outros oficiais eleitos do Tribunal Penal Internacional e pedimos o seu levantamento imediato.

Meus Senhores e Minhas Senhoras,

Timor-Leste apoia firmemente o levantamento do embargo económico, comercial e financeiro contra a República de Cuba, considerando-o uma violação dos direitos humanos que prejudica o povo cubano e limita o seu acesso a bens essenciais. Cuba é um dos mais vigorosos parceiros de Timor-Leste na área da saúde, tendo formado mais de mil profissionais da área e apoiado diretamente os nossos doentes nos hospitais. Com um papel ativo no apoio ao desenvolvimento e à promoção da paz, consideramos a inclusão de Cuba na lista dos Estados patrocinadores do terrorismo totalmente injustificada, solicitando por isso a sua exclusão imediata da lista.



Neste sentido, preocupa-nos igualmente a imposição de medidas coercivas unilaterais, como as impostas neste momento à Venezuela. Estas sanções impõem condições de sofrimento ao povo venezuelano, dificultam a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e deixam várias pessoas para trás. Apelamos ao diálogo e à negociação entre as partes, para aliviar a miséria que assola o povo venezuelano.

Excelências, para concluir:

Esta 80ª sessão da Assembleia Geral recorda-nos que as Nações Unidas, ainda que imperfeitas, continuam a ser o nosso maior instrumento comum para a paz e o progresso coletivo. Os valores consagrados na Carta da ONU – a soberania dos Estados, o respeito pelos direitos humanos, a resolução pacífica de litígios e a cooperação para o desenvolvimento – permanecem como a bússola que nos orienta.

Comprometamo-nos, pois, novamente, com o multilateralismo – não como princípio abstrato, mas como prática quotidiana de escuta, de compromisso e de ação conjunta. Timor-Leste, pela sua independência duramente conquistada, é prova de que quando a comunidade internacional atua com unidade e determinação, os Estados mais pequenos e frágeis podem alcançar o seu lugar de direito na família das nações.

Como nos demonstra a corrida à ratificação do Acordo sobre a Biodiversidade para além da Jurisdição Nacional, que entrará em vigor já a partir de 17 de janeiro de 2026, é no multilateralismo, no respeito pelo direito internacional, no diálogo inclusivo entre todos nós que reside a esperança de um mundo melhor para as gerações vindouras.

Muito obrigado.